

Maquiavel Entre a Violência e a Religião

Fernando Campos*

Resumo

A política, quando realizada com o objetivo da satisfação do bem comum, é uma tarefa de grande nobreza.

A *arte de governar*, como nos ensinou Maquiavel, deve possibilitar aos governados a garantia do valor supremo intrínseco a todo o ser humano – a liberdade. O estudo do *poder*, sua origem, exercício e manutenção, constitui o estudo do objecto central da Ciência Política.

Por outro lado, a religião é ela própria utilizada pelos políticos para que a sua mensagem passe e tenha os efeitos desejados. A este respeito, Maquiavel entendia que a religião está a serviço da política, como um instrumento essencial para a formação e manutenção do Estado.

Isto quer dizer, que a acção persuasiva da religião tem eficácia e deve ser seguida por todos aqueles que querem ser obedecidos.

Palavras-chave: política, religião, violência, Maquiavel, poder

* Professor Auxiliar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

148 *Abstract*

Politics, when performed with the goal of satisfying the common good, is a task of great nobility.

The *art of government*, as Machiavelli taught us, must provide to the governed the guarantee the supreme value inherent to every human being – freedom.

The study of power, its origin, exercise and maintenance, is the central object of Political Science.

On the other hand, religion is itself used by politicians to pass their message and achieve the desired effect. In this respect, Machiavelli understood that religion is at the service of politics, as an essential instrument for the formation and maintenance of the state.

This means that the persuasive action and efficacy of religion has to be followed by all those who want to be obeyed.

Keywords: politics, religion, violence, Machiavelli, power

Quando se fala em *fazer política*, deve-se ter em conta que a referida ação, quando realizada com o objetivo do bem comum ou, melhor dizendo, da satisfação do bem comum, é uma tarefa de grande nobreza.

A *arte de governar*, que nos ensinou Maquiavel, principalmente no que ao exercício da governação diz respeito, deve possibilitar aos governados a garantia do valor supremo intrínseco a todo o ser humano – a liberdade.

Fazer política implica, entre outras coisas, decidir. Quem decide tem poder, sendo que, de acordo com Kaplan & Lasswell (1998: 110), «o poder é a participação no processo decisório: G tem poder sobre H, com relação aos valores K, se G participa da tomada de decisões que afetam as políticas de H relativas a K».

Tendo em conta a citação anterior, parece estar implícita uma hierarquia na relação de poder, ou melhor ainda, uma relação de *submissão* ao poder por parte dos recetores desse poder.

A *submissão* faz com que o recetor aceite de forma voluntária o exercício do poder por parte dos proponentes.

O estudo do *poder*, sua origem, exercício e manutenção constitui o objeto central da Ciência Política. Para que o estudo se torne científico, torna-se necessário a utilização de uma metodologia. A Ciência Política vai buscar às Ciências Sociais os métodos utilizados por estas, adaptando-os à sua própria realidade.

Referia-se a propósito do poder, enquanto «objeto central da análise política», tem sido substituído pelo *Estado* nos últimos duzentos anos (Pasquino, 2010: 9).

O *Estado* existe porque existem Homens e adquire a forma e a estrutura que os Homens quiserem. Existem cuidados a ter. Ou se constrói um modelo de *Estado* em que os todos os Homens participam de igual forma dos benefícios desse *Estado*, ou se constrói um modelo que gera desconfiança, desigualdade, inveja, discriminação; e quando isto acontece, faz com que Hobbes tenha razão quando afirma que «para cada Homem todos os outros são concorrentes. A atitude natural do Homem em relação aos seus semelhantes é caracterizada pela hostilidade. O Homem é o lobo do Homem» (Cunha, 1981: 239).

Se o Homem construir um Estado em que todos os Homens participam na vida política, económica e social, os governantes tratam todos os governados de forma equitativa, faz com que estes olhem para

aqueles como um modelo a apoiar e seguir e certamente (nos regimes democráticos) terão garantido seu apoio para uma possível reeleição. Isto torna-se mais fácil quando estamos perante a democracia.

De acordo com Beck (2013, p. 45), «há duas questões centrais (...): como poderá a capacidade de ação da política ser reconquistada na era dos riscos globais? Como é possível concretizar democraticamente uma cooperação transnacional? Surgem novas opções, os riscos podem ser utilizados de forma orientada como forma de legitimação».

Poder-se-á dizer que, na perspectiva de Maquiavel, a Religião aparece como estando subordinada à política, na medida em que a mesma se torna num instrumento útil à manutenção do Estado.

A *violência gera violência*, ou seja, quando se tenta a todo o custo manter o poder, sem procurar criar condições para que esse poder seja legitimado pelo povo, como garante da manutenção desse mesmo poder, correm-se riscos muito sérios. Diria mais graves.

Vejamos, o que está a acontecer, por exemplo, em algumas cidades do Brasil. O povo está a pôr em causa o poder instituído, legitimado por ele próprio, através do voto. Isto acontece porque, às reivindicações das populações, as autoridades respondem com violência, dando origem a que o povo responda também na mesma moeda, tornando-se, assim, como que uma espécie de bola de neve, que vai aumentando, com contornos imprevisíveis.

Maquiavel dá a receita para a resolução deste tipo de situações. Segundo ele, a solução pode passar por os governantes descobrirem como podem fazer uso do conceito de *obediência*. É arriscado!

A *obediência* pressupõe dois pólos – quem manda e quem reage ao mando. Nesta relação, quem recebe pode reagir de duas formas: aceitar ou não aceitar; propor alternativas ou pura e simplesmente não aceitar.

Debrucemo-nos sobre esta última hipótese. O não aceitar poderá desencadear reação de quem manda, considerando que o poder exercido possa estar em causa, ou seja, pode transparecer um esvaziamento de autoridade. Aí pode tomar uma de duas medidas:

- imposição da obediência pela força – as consequências são imprevisíveis;
- uso de um subterfúgio que pressuponha um outro elemento, que poderá ser importante para a obediência – a persuasão.

A persuasão aparece como um elemento capaz de minimizar os efeitos nefastos da relação por vezes pouco amistosa entre quem manda e quem obedece.

Quem pretende conquistar o poder tem que ter em atenção a forma como o faz, ou seja, como trabalha em simultâneo diferentes – mas, relacionais – instrumentos que podem ter implicações no exercício do poder, a saber: carisma, persuasão, influência.

O carisma é um elemento extremamente importante para que os políticos possam chegar às pessoas. É necessário que as mensagens políticas vão ao encontro do que as populações querem ouvir. Convém ter em conta que a mensagem por si só não se constitui como elemento catalisador único, tornando-se necessário ter em conta o emissor.

As pessoas têm de se rever no emissor, como se este funcionasse como um *espelho*. É o que acontece com alguns líderes religiosos. Os fiéis, ao reverem-se na postura carismática desses líderes, mais facilmente conseguem levar esses fiéis a adotarem este ou aquele comportamento, ou seja, o carisma do líder é importante para que a mensagem tenha entre outros efeitos, o da persuasão. Veja-se, presentemente, o efeito carismático que tem o Papa Francisco, que consegue chegar aos católicos e não católicos.

Muitas vezes, a religião é ela própria utilizada pela política, ou melhor, pelos políticos para que a sua mensagem passe e tenha os efeitos desejados.

Soboleski (2001: 38), referindo-se à posição de Maquiavel sobre a relação entre a religião e a política, afirma que «a religião está a serviço da política, como um instrumento essencial para a formação e manutenção do Estado». Ainda de acordo com o mesmo autor, citando Maquiavel, «o governante que fizer uso da religião leva mais facilmente o povo à obediência». Isto quer dizer que Maquiavel acha que a ação persuasiva da religião tem eficácia e deve ser seguida por todos aqueles que querem ser obedecidos. Para isso, torna-se necessário saber fazer uso dos elementos necessários para que a relação entre quem manda e quem obedece resulte sem o recurso à força, ou seja, com carisma e com uma mensagem persuasiva, sendo certo que o primeiro elemento é necessário para que o segundo funcione.

Maquiavel entende que uma das razões que contribui para que a ação de um governante resulte é nunca se esquecer do povo – «o príncipe pode passar sem alguns nobres, porque os pode criar ou destruir de

um dia para o outro, mas tem de viver sempre com o povo» (Vergani, 1991: 49). Diz ainda Maquiavel, para reforçar a citação anterior, que «aquele que se tornou príncipe graças ao apoio do povo deve esforçar-se por conservá-lo, o que deve ser fácil, porque o povo apenas deseja não ser oprimido. Se assim não fizer, não terá qualquer ajuda na adversidade» (Vergani, 1991: 50). Ou seja, «deve esforçar-se por ser temido, mas evitar ser odiado pelos seus súbditos» (Vergani, 1991: 69).

Retomando a questão da religião e da política, esta última tem motivado algum descrédito junto dos cidadãos, isto porque qualquer político frequentemente aparece conotado com a corrupção. Muitos líderes políticos utilizam a sua passagem pela política para obterem vantagens. As populações não aceitam que esta situação aconteça, porque, no fundo, criam no seu imaginário a ideia de que um político deve ser um exemplo. «Vivemos um momento de descrédito da política e dos políticos, a que se associa o uso de instituições» (Cunha, 2003: 49). Aqui pode entrar a religião como exemplo de como estabelecer a relação de confiança e reciprocidade entre os líderes e sobre quem é exercida essa liderança, tendo em conta, de acordo com Maquiavel, a segunda função de uma religião: «caminho cívico-educativo, ou seja, trabalhando como força de persuasão em meio ao povo» (Soboleski, 2001, p.38). Maquiavel entende que a religião no exercício desta função exerce sobre o povo uma ação educadora, produzindo comportamentos e a organização da vida de forma hierarquizada. A introdução do pecado, do medo de um Deus castigador – embora hoje não seja esta a visão da Igreja Católica –, e a necessidade de seguir determinados preceitos pelos crentes incutem neles o temor pelo castigo, fazem com que a obediência seja um atributo importante na relação entre a religião e os crentes. Os políticos deveriam utilizar os atributos utilizados pela religião para, enquanto governantes, serem obedecidos.

É evidente que se a ação dos políticos no exercício do poder político tiver em conta, de acordo com Maradiaga (2010: 136) «el desafío de impulsar una nueva forma de hacer política, que implica una revolución ética, es decir, un compromiso con la verdad, la justicia, la equidad, con un respecto pleno a la dignidad humana», torna-se mais fácil uma maior aproximação entre a classe política e o povo.

Claro que Maradiaga é um homem do século XXI, um latino-americano, defensor das causas sociais. Poder-se-ia dizer que não terá a ver

com Maquiavel. De facto, são épocas diferentes, mas, ao revisitar-se Maquiavel, tem-se em conta que o exercício do poder político do século XV-XVI ainda tem seguidores nos séculos XX-XXI, o que faz com que se deva fazer uma leitura atual de Maquiavel – sem que isso altere o espírito – e Maradiaga dá um contributo para que a política e os políticos possam conquistar as pessoas.

Retomando de novo Maquiavel e a questão da religião, ele entende, como já se viu, que o uso da religião pelos políticos é extremamente importante para se ser persuasivo e conquistar o povo. Esta ideia contrasta com outra, que ele diz não ter tanta eficácia, que compreende o uso da força, que ele rejeita. A religião pode ser utilizada, constituindo-se como alternativa ao uso da força bruta, para alcançar e manter a ordem e a paz. O uso correto que o governante faça da religião «leva mais facilmente o povo à obediência das leis civis ou a qualquer outro fim que ele queira. Vale salientar, no entanto, que Maquiavel não recomenda que o governante ou legislador faça uso da religião em benefício próprio» (Soboleski, 2001: 41).

O uso da força para se adquirir e/ou manter o poder deixa marcas junto do povo e não promove uma relação de confiança e respeito entre governantes e governados.

O que se passa hoje na Ucrânia é um exemplo disso. Não é com o uso da força que o governo ucraniano consegue convencer o povo das suas posições em relação à entrada da Ucrânia para a União Europeia. Não sei se aqui o uso da religião teria os efeitos desejados, como defende Maquiavel. Contudo, certos valores integrantes da religião, como a verdade, a justiça e a responsabilidade, poderiam ser utilizados e amenizaria o ambiente convulsivo da Ucrânia.

Outros exemplos paradigmáticos: o que acontece na Síria, na Nigéria, no Sudão e Sudão do Sul, o conflito israelo-palestiniano e infelizmente tantos outros, nos quais o uso da violência étnico-religiosa, tribal, o acesso à riqueza, a posse territorial são imperativos para que os diferentes povos usem a violência, ceifem vidas indiscriminadamente para levarem por diante os seus propósitos.

O uso da violência, para a manutenção do poder, nos dias de hoje, em detrimento do diálogo, deve-se em parte ao não conhecimento do significado da palavra *fraternidade*, enquanto pergaminho do bem comum.

«Os pressupostos do maquiavelismo ainda estão todos presentes na política de hoje sob formas novas. E uma dessas é, precisamente, a chamada partidocracia: quando toda a estrutura institucional do Estado é usada como mero meio de conservação e de reprodução do poder de um partido ou partidos em detrimento do bem comum» (Santos, 2012b: XXX).

Neste sentido, de acordo com o Papa Francisco (2014), «uma comunidade política deve, portanto, agir de forma transparente e responsável para favorecer tudo isto. Os cidadãos devem sentir-se representados pelos poderes públicos, no respeito da sua liberdade. Em vez disso, muitas vezes, entre cidadão e instituições interpõem-se interesses partidários que deformam essa relação, favorecendo a criação de um clima perene de conflito».

As duas citações anteriores revelam preocupações académicas e espirituais sobre o poder como ele é conquistado e como o exercício desse mesmo poder é gerido.

Havendo preocupações no que diz respeito ao facto de estarmos a assistir aqui e acolá a um *maquiavelismo dos tempos modernos*, com tudo aquilo que a adaptação aos chamados *tempos modernos* possa trazer de malévolos para as sociedades, temos, por outro lado, um apelo inequívoco à importância e até mesmo à necessidade de agir com transparência e *responsabilidade*, sendo esta última palavra o que por vezes os cidadãos sentem que falta à classe política, quando as suas ações os tornam imunes a qualquer *responsabilidade*. Em democracia, essa falta de responsabilidade é sancionada através do voto, mas não deixa de ser preocupante a possibilidade da desresponsabilização das ações dos políticos.

Uma outra chamada de atenção vai para o Papa Francisco (2014), quando ele diz que «os cidadãos devem sentir-se representados pelos poderes públicos, no respeito da sua liberdade». Aqui está, no meu entender, a *chave mestra* que abre a porta para a relação entre o exercício do poder político e sobre quem ele é exercido, ou seja, os cidadãos reveem-se nos políticos, que funcionam como um *espelho* – como já referi neste texto – através do qual há uma imagem transparente, refletida. Isto gera sem dúvida confiança na política, nos políticos e nas instituições.

Retomando a questão da religião e da sua força persuasiva, através da qual os governantes podem tirar benefícios, essa ideia de Maquiavel

torna-se atual, de acordo com Ratzinger (1994: 48), quando afirma – preocupado – que «a palavra-chave da fé passa a ser um conceito político, expressão da justa finalidade de toda a boa política. A própria fé se torna, deste modo, ideologia política. A política absorveu a fé». Esta absorção da fé pela política (que vai ao encontro dos vaticínios de Maquiavel no intuito de garantir ao governante *segurança* no exercício do poder) aparece espelhada nestes *tempos modernos* na designada *teologia da libertação*, desenvolvida na América Latina, nas décadas de 50 e 60 do século XX, e que correspondiam à necessidade de mudanças devido à situação política, económica e social em que o continente americano, em especial a América Latina, tinha mergulhado. Houve uma espécie de colagem da teologia cristã à política e vice-versa, na qual alguns Bispos da Igreja Católica tiveram um papel bastante importante, como foram os casos de D. Hélder Câmara (Brasil) e D. Óscar Romero (El Salvador), tendo este último pago com a vida a opção de exigir mudanças políticas.

Este exemplo ilustra a possibilidade da junção dos dois poderes. Mas, no caso referido, os ecos iniciais que vaticinavam uma profunda mudança na América Latina, podendo essa mudança extravasar para outros continentes, não teve os efeitos desejados pelos vaticinadores de tal empreendimento, uma vez que várias situações ocorreram no âmbito da própria Igreja Católica, alterando o rumo das coisas, como foi o caso do Concílio Ecuménico Vaticano II. A Igreja aproveitou o acontecimento para *separar as águas*, ou seja, *dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*. Por outras palavras, a Igreja não se deve imiscuir na política partidária, sob pena de – como já se referiu no texto – a política absorver a fé.

Isto não quer dizer que o homem religioso não possa ser político e as confissões religiosas não possam ter uma palavra a dizer sobre a vida política, económica e social das suas comunidades, como aliás Bergoglio (2013: 135) afirma: «todos somos animais políticos, no sentido lato da palavra. Todos somos chamados a uma ação política de construção do nosso povo. A pregação dos valores humanos, religiosos, tem uma conotação política. Quer gostemos quer não, tem-na». Esta ideia é corroborada por Maradiaga (2010: 147) quando afirma que «se debe revalorizar la acción política como una actividad eminentemente ética, como servicio al bien común y no como ocasión para abusar del poder, además de fortalecer desde nuestros programas y plataformas

la reconciliación que nos lleve a restaurar el tejido social, tan desgarrado por la injusticia estructural y por las distintas formas de violencia».

Retomando a questão de Maquiavel e a religião, entende-se pelas palavras do Cardeal Maradiaga que a violência não contribui para a dignificação do ser humano, devendo-se criar condições para se construir um mundo onde a injustiça não tenha lugar e procurar criar condições que promovam o ser humano com dignidade.

A *violência gera violência* e não consegue cativar as pessoas. As religiões têm um papel importante como antídoto contra a violência e muitas vezes previnem que a mesma aconteça. Certo é que ao longo da história – presentemente isso acontece – as religiões também foram geradoras de violência. Contudo, apesar dessas vicissitudes, as religiões ainda gozam de prestígio no seu papel conciliador e apaziguador. Daí que os governantes devessem usar o exemplo e a influência da religiões para evitar a violência, ganhando assim o apoio do povo e estabelecendo uma relação de confiança.

Aliás, de acordo com Maquiavel, «um príncipe deve esforçar-se por se fazer uma reputação de bondade, de clemência, de piedade, de lealdade e de justiça; deve, de resto, ter todas estas boas qualidades, mas permanecer suficientemente senhor de si para usar as qualidades contrárias, quando tal seja útil» (Cunha, 1981: 164).

É evidente que, muitas vezes, o homem pensa nos seus problemas individuais, nesta sociedade *neo-liberal*, em que o individualismo e o egocentrismo são as bandeiras que aparecem como orientação para a condução da vida em sociedade. Nesta linha de pensamento e de acordo com Hobbes, «o homem é um ser essencialmente egoísta» (Cunha, 1981: 239).

No exercício do poder, deve-se ter em conta os riscos desse mesmo exercício, sob pena de o veredicto resultante do exercício desse poder não ser favorável a quem o exerce. Daí que seja importante, como já se fez referência ao longo deste texto, uma aproximação ao povo, pois é ele que garante de forma pacífica a manutenção do poder, sem que essa manutenção seja resultado de violência quer por parte de quem governa, de quem é governado ou de ambos.

Claro que a arte de governar passa por uma estratégia, ou várias estratégias. Qualquer erro cometido pode trazer consequências a curto ou a médio prazo. Qualquer que seja a estratégia ou estratégias

empreendida(s) por quem governa o povo tem de fazer parte dela(s). Caso não o faça a sua governação corre perigo. Se isto é verdade para os regimes totalitários, nos quais o povo está sempre à espera de uma oportunidade para derrubar quem o governa – ainda que isso possa demorar algum tempo, talvez até uma vida –, muito mais rápido acontecerá nos regimes democráticos, onde o voto pode decidir quem entra e quem sai da arte de governar. Governar é, pois, efêmero, embora a obra deixada possa ser *eterna*. Quem garante a eternidade das obras é o povo. É ele que valoriza e perpetua as obras do governante. Pode acontecer – como aliás tem acontecido ao longo da história – que as obras do governante tenham também o dístico do efêmero, como o ato de governar. Quem ambiciona governar também tem de seguir os propósitos de quem governa, ou seja, ter o apoio do povo, indo ao encontro dos seus anseios, das suas necessidades. «É preciso investigar, sem tabus, correção política e pensamento único, se realmente as democracias ainda o são, e como está a relação do poder com o povo. E mais: como está o povo» (Cunha, 2003: 81). Contudo, há aqui uma responsabilidade, ao redor de um compromisso assumido com o povo – *se vencer...* –, que não pode ser fruto de uma demagogia de ocasião, pois a mesma pode transformar-se numa arma de arremesso contra quem tem tais ambições. Neste sentido, é necessário o uso de uma linguagem acessível, transparente, sem *cartas na manga*, sem *jogos de poder*, tendo, contudo, capacidade de gerar influências, para o apoio do povo. A religião pode ser uma força poderosíssima nessa influência, como chamou a atenção Maquiavel, não só nas aldeias, como nas cidades e até mesmo em países. Veja-se, por exemplo, o que se passou na Europa e no Mundo com a chegada ao Pontificado do Papa João Paulo II e do quanto ele foi importante para a queda do Muro de Berlim em 1989 e, esta, para uma Nova Ordem Mundial, consequentemente, duzentos anos depois da Revolução Francesa, em que a liberdade foi um grito que, vindo de leste, ecoou aos extremos do Mundo. De salientar a influência que a religião tem na ação governativa em temas tão fraturantes como o aborto, a homossexualidade, a eutanásia. Por outro lado, veja-se a influência que a religião tem tido em zonas de conflito ou de regimes fechados, como é o caso do conflito no Médio Oriente e na abertura, ainda que ténue, como foi o caso de Cuba, por influência da ação e da visita de João Paulo II ao território.

Neste sentido, a arte de governar, sendo bela – quando é encarada como um *serviço* –, pode também transformar-se num pesadelo, quando não se previnem obstáculos e se transforma o *servir* em *servir-se*.

A atividade política, como todas as atividades em geral, requer atenção e cuidados. A atividade política, se não se tomarem as devidas precauções, «é perigosa. Gera-se na habilidade dos homens para se influenciarem mutuamente. Confere-lhes todos os benefícios de um esforço conjunto, fonte indispensável de bens sociais; mas pode também conduzi-los a erros gravíssimos, prejudicar o ser semelhante, cavar a sua própria ruína» (Jouvenel, 1975: 55).

A política foi apresentada por Jouvenel como *atividade perigosa*, porque se for mal conduzida pode reduzir essa mesma atividade no pior que pode acontecer, ou seja, o poder *subir à cabeça*, tornando-se um possível tirano. De acordo com Cunha (2003: 80), «a tirania de título é apenas uma forma extraordinária de acesso ao poder, quebrando as regras normais. O grande problema é a tirania do exercício».

Um dos problemas que se levantam no exercício do poder prende-se com o facto de esse exercício não ser feito de forma igualitária, em que todos possam ter acesso legitimamente ao poder e possam ter uma palavra a dizer sobre quem ou que força política deve estar no exercício desse poder. «A igualdade política é conveniente para governar um Estado (embora não em todas as associações humanas). Como é possível alcançá-la? Creio que não se pode responder a esta pergunta de maneira satisfatória sem a concepção de um ideal de democracia» (Dahl, 2008: 21).

Hoje, em que se vivem momentos de austeridade na Europa, as pessoas não compreendem que a classe política mexa nos ordenados, nas pensões, porque os políticos não usam uma linguagem simples e acessível, através da qual expliquem o porquê da tomada de certas medidas. Tal facto leva a que o povo entenda que o fazem por mero autoritarismo, por estarem no poder, independentemente de elas serem lesivas para as pessoas de baixos rendimentos.

«É neste ponto que a teoria do poder de Maquiavel e a teoria da sociedade mundial do risco se tocam: perante a catástrofe iminente, abrem-se oportunidades (...), que podem ser aproveitadas por um homem (*uomo virtuoso* – ou uma mulher – com talento para o poder. Foi precisamente isto que fez Angela Merkel: aproveitou a oportunidade

que lhe foi oferecida e alterou as relações de poder na Europa» (Beck, 2013: 68).

Neste sentido, o poder é algo que se conquista e a sua manutenção depende da capacidade de gerir o exercício desse mesmo poder. Daí que seja importante o suporte que o povo pode dar à manutenção desse poder. De acordo com Beck, Angela Merkel – independentemente da opinião respeitável, que cada um tenha sobre a governante – terá aproveitado a oportunidade que lhe foi oferecida para alterar as relações de poder na Europa. Isto aconteceu não só porque a situação económica da Alemanha lhe era favorável, mas também porque ela introduziu – juntamente com as medidas impopulares – uma dose reforçada de nacionalismo, ou seja, incutiu no povo alemão a necessidade de uma convergência tal que fizesse da Alemanha o país europeu que assumisse a dianteira política e económica. Mais uma vez, a utilização do povo na estratégia de manutenção do poder resultou. Indiretamente – uma vez que não disponho de elementos para afirmar como certo – os valores defendidos por Angela Merkel, tendo como base o luteranismo, podem ter ajudado a criar esse clima de confiança, refletido nas últimas eleições em 2013. A influência que a religião pode ter na conquista e exercício e manutenção do poder pode considerar-se um elemento valioso, juntamente com o carisma e a ajuda dos *media*, em especial a televisão que «não só produziu *fortes efeitos* sobre a natureza do fenómeno informativo, tornando-o mais *rápido*, mais *verosímil*, mais *amplo* e mais *imediato*, como também veio a alterar a própria configuração do fenómeno político» (Santos, 2012a: 341).

À guisa de conclusão, Maquiavel teve um papel relevante não só na conceção de Estado, como também no que diz respeito mais concretamente à conquista, exercício e manutenção do poder. Para tal, Maquiavel defende que se tem de conquistar o povo. A violência não é o melhor caminho para essa conquista. Para se persuadir o povo desta ou daquela forma devem-se utilizar outros pressupostos de persuasão.

Combatendo a *cristianização do Estado*, entende Maquiavel que o governante poderá tirar vantagens do uso da religião para se manter no poder e ser uma mais valia se o governante for capaz de *seduzir* o povo através do *medo*, com a ameaça de que o não cumprimento dos preceitos morais, ou seja, das leis de Deus, possa vir a ter penalizações. Este *medo* pode ter o mesmo efeito na obediência às lei civis.

«Nenhum exercício do poder, por si mesmo sempre duro e exigente, é compensado por honras recebidas. A recompensa por servir está no próprio serviço e modo de o realizar, como serviço a todos», diz o Bispo emérito de Aveiro, D. António Marcelino (2011). O reconhecimento público do que se faz e a forma como se faz é o que pode conferir honra a quem governa. Por isso, quando o exercício do poder passa por um *serviço*, obviamente, o que das pessoas se pode esperar passa pela gratidão sincera, sem artifícios, congratulando-se pelo reconhecimento que delas é feito por quem governa, bem como o que elas significam «para quem as serve e por elas aceita a luta difícil do dia a dia» (Marcelino, 2011).

Assim sendo, «o aspecto externo da soberania comunitária sobressai frente ao interno, pois a urgente relevância do fortalecimento da comunidade e da procura da paz nas relações entre os povos refluí directamente sobre a organização interna das colectividades» (Albuquerque, 2001: 70).

Bibliografia consultada

- Albuquerque, N.M. (2001). *Teoria Política da Soberania*. Belo Horizonte: Livraria Mandamentos Editora.
- Beck, U. (2013). *A Europa Alemã: De Maquiavel a «Merkievel»*. *Estratégias de Poder na Crise do Euro*. Lisboa: Edições 70.
- Bergoglio, J.; Skorka, A. (2013). *Sobre o Céu e a Terra*. Lisboa: Clube do Autor.
- Cunha, J.S. (1981). *História Breve das Ideias Políticas*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Cunha, P.F. (2003). *Política Mínima*. Coimbra: Almedina.
- Dahl, R. (2008). *La Igualdad Política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Francisco (2014). *Fraternidade, Fundamento e Caminho Para a Paz. Mensagem do Santo Padre Francisco Para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz – 1 de Janeiro de 2014*. Online: <http://www.vatican.va/holy_father/francesco/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xlviigior-nata-mondiale-pace-2014_po.html> (referência de 13-12-2013).
- Habermas, J.; Ratzinger, J. (2008). *Entre Razón y Religión: Dialéctica de la Secularización*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Jouvenel, B. (1975). *Teoria Pura da Política*. Lisboa: Guimarães Editores.

- Kaplan, A.; Lasswell, H. (1998). *Poder e Sociedade*. 2ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Maquiavel, N. (2006). *Da Guerra e da Paz*. Almargem do Bispo: Coisas de Ler.
- Maradiaga, O.A.R. (Card.) (2010). *Hacerse a la Mar: Ante los Desafíos de un Mundo Globalizado*. Madrid: Ciudad Nueva.
- Marcelino, A. (2011). *Gerir Bem o Melhor Património do País: As Pessoas*. On-line: <<http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/print.pl?id=86225>> (referência de 13-12-2013).
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. 2ª ed. Cascais: Principia.
- Ratzinger, J. (1994). *A Igreja e a Nova Europa*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Santos, J.A. (2012a). *Media e Poder – O Poder Mediático e a Erosão da Democracia Representativa*. Lisboa: Vega.
- Santos, J.A. (2012b). "Viagem Pelas Releituras de Maquiavel". In: A. Bento (org.), *Maquiavel e o Maquiavelismo*. Coimbra: Almedina, pp. 137-157.
- Soboleski, J. (2011). "A religião como instrumento formador e mantenedor do Estado em Maquiavel". *Revista Terceiro Incluído*, vol. 1, nº 2, pp. 38-48.
- Vergani, L. (1991). *O Príncipe de Maquiavel*. Mem-Martins: Publicações Europa América.